

Valorização: extensão e pesquisa em comunidades tradicionais pesqueiras da Lagoa dos Patos/RS

Fabrizio Paula de Souza¹
Rubilaine Borges da Costa²
Juliane da Costa Teixeira³
Julia Leandro Ribeiro⁴

Resumo

A pesca artesanal tem ganhado atenção crescente nos estudos geográficos nos últimos anos, impulsionada pela busca por reconhecimento das comunidades pesqueiras enquanto tradicionais. Essas comunidades desenvolvem-se sobre modos de vida tradicionais, em que reelaboram saberes e práticas específicas que demonstram uma relação mais sustentável com o meio ambiente, conforme preconiza as orientações N° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 169), e o decreto 6.040 (Brasil, 2007), conferindo-lhes características únicas. Este artigo busca promover reflexões teórico-metodológicas a partir do desenvolvimento do projeto de extensão e pesquisa que envolve as comunidades tradicionais pesqueiras da Lagoa dos Patos. As atividades de extensão incluíram mobilização das comunidades, a realização de oficinas comunitárias e trabalhos de campo, resultando em um conjunto dados e informações, incluindo falas dos pescadores e pescadoras e de escrituras — registros que combinam vivências pessoais e culturais — e na construção de cartografias sociais do território, elaboradas coletivamente pelos participantes. No artigo, apresentamos a fundamentação teórico-metodológica que orientou o trabalho extensionista, bem como uma avaliação da contribuição das escolhas conceituais e metodológicas, a partir de exemplos concretos das oficinas realizadas.

Palavras-Chave: Cartografia social; comunidades tradicionais; extensão; pesca artesanal.

1. Introdução

Pescadores e pescadoras artesanais são compreendidos enquanto grupos sociais que praticam a pesca em pequena escala, de forma tradicional e artesanal, como modo de vida. Sua peculiaridade diz respeito, sobretudo, ao uso e manejo sustentável do/no ambiente em uma relação íntima com a natureza (Diegues, 2004), constituindo comunidades tradicionais e

¹ Mestre em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, São José do Norte, Rio Grande do Sul, Brasil. fabriciosouza879@gmail.com.

² Mestre em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. rubilaine2012@hotmail.com.

³ Arqueóloga. Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. luvdepps@live.com.

⁴ Geógrafa. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. jlibro@outlook.com.

territórios (De Paula, 2023) com especificidades culturais que lhe são próprias e transmitidas entre gerações.

De acordo com De Paula (2019, p. 45), o que define ser pescador e pescadora artesanal não cabe no conjunto de critérios estabelecidos na legislação. Para o autor, estes são sujeitos e sujeitas de direitos individuais e coletivos que desenvolvem a pesca como principal fonte de renda e modo de vida, portanto, que “estão inseridos nas diversas atividades que compõem a pesca artesanal” e que podem se autodeterminar a partir de saberes e fazeres aprendidos no âmbito comunitário, no ambiente, por meio de relações e vínculos familiares e “por meio de interdependência econômica, ambiental e cultural, entre outras, que se estabelecem no território tradicional”, de forma inseparável “ao seu modo de viver, cuja noção de autonomia e liberdade são característicos”.

Nas comunidades tradicionais pesqueiras são estabelecidas relações territoriais que se estendem entre terra e mar e que agregam as relações humanas entre os atores da pesca, sobretudo no repasse e na construção de saberes tradicionais e na constituição de territorialidades terrestres e aquáticas (De Paula, 2023). Para Diegues (2004; 2008), compreende-se a dimensão da cultura dos pescadores e pescadoras artesanais de forma tradicional a partir dos conhecimentos e saberes compartilhados de forma comunitária pela integração de práticas de uso do território. Assim produzindo territorialidades que são amplas e adaptáveis às variações da natureza, da movimentação dos cardumes, mas que também se centralizam nos locais de trabalho e moradia na área continental.

Neste sentido, surge o projeto de extensão “Valorização das Comunidades Tradicionais pesqueiras da Lagoa dos Patos”, um espaço-tempo de *práxis* extensionista que visa o fortalecimento dessas comunidades, o reconhecimento de seus territórios e territorialidades tradicionais. Nesta mesma direção, esse artigo emerge das reflexões teórico-metodológicas desenvolvidas no âmbito do projeto, apresentando, ainda, as atividades de extensão realizadas, que incluíram o desenvolvimento de oficinas e trabalhos de campo, resultando em produções de escritórias — registros que combinam vivências pessoais e culturais — e na construção de cartografias sociais do território, elaboradas coletivamente pelos e pelas participantes das oficinas.

Sendo este um projeto que nasce da reivindicação popular, naturalmente adquiriu característica de um projeto extensionista de ampla participação, reunindo a presença de pescadores e pescadoras em todas as suas etapas de elaboração e, principalmente, execução, bem como na escolha da uma equipe de pesquisadores, cuja história de vida e experiências

profissionais estivessem associadas à pesca artesanal de alguma forma. Assim, consistindo um coletivo multidisciplinar oriundo dessas comunidades e comprometido com tais realidades socioambientais. Para isso, considera-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reafirmando que a extensão é parte essencial do tripé universitário, desempenhando um papel fundamental na articulação entre a universidade e a sociedade e na promoção de uma interação dialógica do conhecimento acadêmico para além dos muros das instituições de ensino.

2. Metodologia

Essa pesquisa se caracteriza por pesquisa participativa (Brandão, 2006), de caráter qualitativo, e se desenvolveu a partir de coleta, registros, narrativas e depoimentos obtidos em campo, em que “se obtém com a anotação em diário, a fotografia, o relato de entrevista ou gravação e a escuta das pessoas do lugar ou seus interlocutores” (Heidrich, 2016, p. 27). Esse modo de pesquisar torna-se indispensável na medida em que as situações envolvidas não são alcançáveis sem a inserção na realidade estudada. Para dar visibilidade à diversidade da pesca artesanal da Lagoa dos Patos, tal pesquisa pautou a obtenção de informações em diálogo com os sujeitos e sujeitas, para a construção de uma pesquisa participativa, em outras palavras, um “pesquisar com” estes sujeitos, através de uma relação de horizontalidade entre pesquisadores/as e pescadores/as artesanais (Brandão, 2006).

O *corpus* da pesquisa foi montado com registros escritos das observações em campo, documentação fotográfica e escrevivências, realizadas durante os sucessivos encontros com os pescadores e pescadoras artesanais. Durante os meses de janeiro a outubro de 2024, realizou-se 11 oficinas comunitárias de valorização da pesca artesanal e cartografia social do território pesqueiro, distribuídas nos municípios de Rio Grande, Pelotas, São José do Norte e São Lourenço do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. O projeto está em andamento, almejando refinar os resultados já alcançados e abranger, ainda, outros municípios e comunidades tradicionais pesqueiras nos próximos meses.

3. A extensão universitária aproximando-se das comunidades tradicionais pesqueiras da Lagoa dos Patos

No contexto brasileiro, ao despontar dos anos 2000, observou-se uma preocupação maior na gestão dos recursos naturais, o que levou a novas normas e leis para o

enquadramento da pesca artesanal e do uso dos recursos ambientais, em especial, destacado no Decreto n° 143/2002, que torna o Brasil signatário da Convenção de número 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tratativa sobre Povos Indígenas e Tribais, e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007). Este documento reconhece a importância das comunidades tradicionais para o uso sustentável dos recursos naturais e orienta aos países a adotarem estratégias de preservação desses povos, em escala global, ante aos avanços da super exploração dos recursos ambientais na contemporaneidade, no interior de seus territórios nacionais.

Com base nesta legislação, tem-se o Decreto n° 6.040/2007, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Lei n. 11.959, de 29 de Junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca; estas últimas, de caráter regulatório restringem o uso e a exploração dos recursos naturais, de forma a salvaguardar o desenvolvimento sustentável de tais ambientes, bem como garantir a manutenção dos modos de vida e culturas próprias (Brasil, 2007; 2009), que apresentam ainda alguns desafios no reconhecimento das comunidades tradicionais de pescadores como tais.

Neste contexto, o projeto ValorizAção das Comunidades Tradicionais da Lagoa dos Patos emerge de demandas populares, nascendo de um esforço do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), em mapear e reconhecer as territorialidades da pesca artesanal da Lagoa dos Patos, juntamente com pesquisadores e pesquisadoras da universidade vinculados aos laboratórios [R]Existências Ambientais e Territoriais - [R]EAT e Mapeamento em Ambientes, Sociedade e Solidariedade - MaRéSS. Para isso, foi necessário, primariamente, um trabalho de reconexão e confiança entre os pescadores e pescadoras artesanais e a universidade, em vista dos danos às comunidades pesqueiras causados por pesquisas sem a participação popular e/ou que visam a criminalização do modo de vida da pesca artesanal.

De acordo com Viviane Alves, pescadora artesanal e representante do MPP/Rio Grande do Sul no projeto, as comunidades de pesca artesanal estão cansadas de participar de estudos que não retornam com seus resultados, fazendo com que os pescadores e pescadoras sejam resistentes e desconfiados em contribuir com novas pesquisas.

Ao deter-se sobre a extensão universitária, Da Silva (2020) argumenta que as práticas extensionistas têm o potencial de questionar e superar modelos excludentes, atuando como uma ferramenta de inclusão ao refletir sobre as desigualdades históricas presentes no Brasil,

não apenas levando o conhecimento acadêmico para além dos muros da universidade, mas também abrindo espaço para que saberes populares e locais sejam valorizados. Isso tem caracterizado uma mudança de foco da extensão, que, ao longo de sua história, evoluiu de uma prática assistencialista para uma abordagem mais crítica e dialógica, passando a responder não apenas aos desafios internos da própria universidade, mas focando nas demandas sociais e a revalorização de suas reivindicações, pensando suas implicações sociais.

Paula (2013) ainda acrescenta

É tarefa da extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais. É tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação (Paula, 2013, p. 20).

Assim sendo, o projeto buscou construir uma extensão cuja intencionalidade calçava-se na promoção da interação dialógica entre a universidade e as comunidades tradicionais de pesca, concebida “como uma práxis transformadora, um mecanismo que a universidade dispõe para cumprir sua responsabilidade social” (Ribeiro, 2011, p. 86).

Fruto de trabalho de aproximação e mobilização das comunidades pesqueiras para um engajamento ativo no processo de valorização de suas próprias especificidades socioculturais, realizou-se sucessivas oficinas comunitárias de mapeamento do território pesqueiro. Nestas ocasiões, foi importante a escuta ativa e o engajamento mútuo na construção de cartografias sociais que se somam na luta pelo autorreconhecimento destas como Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).

3.1. A metodologia de Escrivência nas oficinas comunitárias

Durante as oficinas comunitárias, os pesquisadores e pesquisadoras mobilizaram reflexões sobre as histórias e experiências das comunidades tradicionais em questão. Com intuito de refletir sobre o autorreconhecimento, pertencimento, território, diferenças culturais, suas territorialidades e conflitos socioambientais, são postos ao debate alguns conceitos que fazem emergir informações que sustentam o senso comunitário e a importância da autodeterminação como Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Nestas oficinas, torna-se central a escuta ativa e a livre oportunidade de expressão dos sujeitos e sujeitas, mobilizada por questões norteadoras, em que passamos a escrever, com eles e elas.

A equipe multidisciplinar, que contribui com a organização das oficinas, instiga a discussão a partir de questões mobilizadoras, das quais: Como essa comunidade surgiu? Tu sempre morastes aqui? Seus pais e avós moravam aqui? Quais nomes tinham as localidades antes? Tua família era da pesca? Há quanto tempo pescas aqui? Teus filhos seguiram na pesca? Há quantos times de futebol? Quantos já houveram? Quais eram e são os costumes culturais, festas, ternos, comidas entre outros? Como funciona o acesso às escolas, transporte, saúde? Quais são as tradições da comunidade? Vocês costumam pescar onde? Aqui vocês fazem beneficiamento do pescado? Onde descascam camarão e tiram carne do siri? Durante as safras, têm acampamentos por aqui? Vocês acampam em outros lugares? Aqui tem andaina de camarão? Onde fica a embarcação? Onde ocorrem as pescarias de peixe atualmente? Algo mudou nos últimos anos? Já observou algum conflito, impedimento/proibição, nos territórios usados para pescar, morar, trabalhar, etc? E, para a construção destas respostas, constitui-se às “Escrevivências”.

Escrevivência é um termo de Conceição Evaristo que na interpretação de Duarte e Nunes (2014), é uma atenção ao fato de que ao escrevermos sobre outros sujeitos e sujeitas também contamos histórias e, por isso, sendo necessário escrever junto com o outro e fazer significativo o processo de escrita, incluindo-se nesta.

“Escrever é dominar o mundo”, conclui Clarice. Não tenho a experiência de domínio algum. A escrita nasceu para mim como procura de entendimento da vida. Eu não tinha nenhum domínio sobre o mundo, muito menos sobre o mundo material. Por não ter nada, a escrita me surge como necessidade de ter alguma coisa, algum bem. E surge da minha experiência pessoal. Surge na investigação do entorno, sem ter resposta alguma (Duarte; Nunes, 2020, p. 3).

A escrevivência que Evaristo faz e que é descrita por Duarte e Nunes (2014) no contexto das mulheres negras e que, Costa (2024) traz para o contexto das mulheres pescadoras, sendo uma forma de escrever sem romantizar as problemáticas, pois é descrita por autores e autoras que as vivenciam cotidianamente.

Costa (2024) usou a escrevivência como abordagem metodológica para compreender como a identidade das pessoas é moldada pelo estilo de vida e trabalho na pesca artesanal. Sendo a autora também pescadora, escreveu com as pescadoras da comunidade tradicional pesqueira da Ilha da Torotama, uma das comunidades participantes pelo projeto. Tratando-se de um projeto de extensão cujo desenvolvimento se dá em parceria entre universidade e comunidade, a metodologia proporciona um maior engajamento entre sujeitos

pesquisadores/as e pescadores/as artesanais envolvidos, que compartilham a experiência de realização das oficinas e, portanto, estão incluídas em igualdade, resultando em informações que contribuem para a valorização destas realidades.

A partir da metodologia, emergiram registros narrativos que se somam à valorização das experiências culturais e sociais das comunidades tradicionais de pesca artesanal, estando a serviço destas para a construção de informações e documentação de suas práticas, costumes, valores e conflitos em torno de seus territórios. Na fotografia a seguir, registra-se a participação de pescadores e pescadoras artesanais da comunidade tradicional da Barra de Pelotas, em Pelotas/RS.



Fotografia 1 - Oficina comunitária do território pesqueiro da comunidade tradicional do Pontal da Barra de Pelotas/RS.

Fonte: Projeto ValorizAção, 2024.

Nesta ocasião, escrevemos a partir dos relatos dos pescadores e pescadoras artesanais locais sobre as dificuldades de reconhecimento e legitimação de seus territórios pelos entes públicos, sobre a origem e história desta comunidade e seus sonhos futuros. No compilado de experiências entre os distintos municípios abrangidos, nas 11 oficinas já realizadas, constrói-se novas narrativas que tomam as comunidades pesqueiras como protagonistas de uma história, cujo cenário principal se dá no entorno do ofício de ser pescador e pescadora e na vida comunitária, e que se tornarão produtos bibliográficos e produções acadêmicas, à serviço também das próprias comunidades.

3.2. Cartografias sociais do território pesqueiro

Além da narrativa das escrivências de campo, a sintetização do território pesqueiro das comunidades em que foram realizadas oficinas deu-se através de mapeamento participativo, isto é, a elaboração de cartografias sociais. As cartografias sociais ocorreram após a discussão coletiva acerca dos elementos de pertencimento e identidade das comunidades tradicionais pesqueiras e como produto de sistematização destas experiências, originaram-se mapas participativos.

A cartografia social, enquanto instrumento de mapeamento comunitário, e participativo, diz respeito às técnicas de levantamento do uso dos territórios, sejam eles terrestres ou aquáticos e das fronteiras de seus domínios, “que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento” (Acselrad; Coli, 2006, p.15).

O mapa é uma abstração do mundo, desenvolvida a partir de um ponto de vista (Acselrad; Coli, 2006). Inicialmente surge como mecanismo de pensar o mundo associados a crenças e mitos, e evolui ao longo do descobrimento de formas de representação cartográficas mais elaboradas, como sistemas de coordenadas e projeções. Logo, torna-se um dispositivo disponível aos atores detentores de tais conhecimentos, proporcionando-lhes a possibilidade de organizar e representar o mundo cartograficamente, assim, “as representações do território passaram a recortar o real para descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo”. Acselrad e Coli (2006) alertam para as implicações políticas das representações imagéticas dos territórios. Para estes autores, disputar a cartografia é também disputar o território, e

se ação política diz especificamente respeito à divisão do mundo social, podemos considerar que na política dos mapeamentos estabelece-se uma disputa entre distintas representações do espaço, ou seja, uma disputa cartográfica que articula-se às próprias disputas territoriais (Acselrad e Coli, 2006, p. 14).

Enquanto instrumento de mapeamento comunitário e participativo, a cartografia diz respeito às técnicas de levantamento do uso da terra e das fronteiras de seus domínios, “que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento” (Acselrad e Coli, 2006, p.15).

Nesta metodologia, os e as participantes são convidados/as a registrar os locais e usos atribuídos territorialmente e suas espacialidades, produzindo mapas digitais que documentam essas territorialidades. O processo foi dividido no mapeamento de suas territorialidades

terrestres, que incluía espaços de trabalho, lazer e manifestação cultural nas comunidades, e as territorialidades aquáticas, em que somava-se às áreas de captura de pescados, toda a dimensão de trabalho nas pescarias e demais atividades ocorrentes na Lagoa dos Patos, como itinerários, trajetos e celebrações religiosas.

Na fotografia 2, evidencia-se a participação dos pescadores e pescadoras artesanais da comunidade tradicional da Ilha dos Marinheiros, através do reconhecimento de suas territorialidades.



Fotografia 2 - Construção da cartografia social, Ilha da Torotama, Rio Grande/RS.

Fonte: Projeto Valorização, 2024.

A cartografia social proposta pelo grupo se dá através de mapeamento digital realizado em software próprio, desenvolvido pelo laboratório (R)Existências Ambientais e Territoriais - (R)EAT, denominado ReatCartô. Neste programa, com o emprego de imagens de satélite disponíveis para a marcação com signos pictóricos e traçados, são mapeados os principais pontos estratégicos que compõem o território pesqueiro. No entanto, como mostra a fotografia 2, por vezes torna-se, ainda, necessária a utilização de imagens de satélite impressas, com recortes da comunidade a ser mapeada, para melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, sempre com o intuito de oportunizar melhor engajamento de todos e todas no mapeamento participativo. Além disso, por vezes, os mapas impressos se fazem necessários, especialmente em comunidades onde não se há acesso à internet, garantindo que o processo de mapeamento seja inclusivo e eficiente, mesmo com as restrições tecnológicas.

Em síntese, observou-se o uso tradicionalmente ocupado do território da Lagoa dos Patos, apresentando um mosaico de territorialidades entre os municípios e comunidades abrangidos, o que evidencia a existência dessas comunidades pesqueiras e sua ancestralidade com os espaços em que desempenham a pesca artesanal. Pode-se resumir que a Lagoa dos Patos é um território amplamente utilizado pelas comunidades tradicionais pesqueiras, apresentando territorialidades amplas e variáveis responsáveis pela manutenção do modo de vida pesqueiro. Sem tais espaços, tornaria-se insustentável a permanência nesta atividade ancestral e tradicional, o que coloca um desafio à salvaguarda dos direitos de acesso e permanência dos sujeitos e sujeitas diretamente envolvidos, que perpassa a necessidade de reconhecimento e autorreconhecimento destas espacialidades.

3. Conclusões

As ações de pesquisa e extensão realizadas no âmbito do projeto “ValorizAção das Comunidades Tradicionais pesqueiras da Lagoa dos Patos” destacadas, ressaltam a importância das comunidades pesqueiras artesanais como protagonistas na preservação de seus modos de vida e saberes. Através de uma abordagem participativa e colaborativa, conseguimos não apenas mapear as territorialidades e práticas pesqueiras, mas também valorizar as experiências culturais que sustentam essas comunidades. As oficinas realizadas e a construção das cartografias sociais documentam as vivências dos pescadores e pescadoras e também fortalecem a relação de confiança entre a academia e a comunidade, essencial para o sucesso de iniciativas futuras.

As narrativas e experiências desenvolvidas durante o processo revelam a riqueza da experiência de vida dos pescadores e pescadoras, mostrando como suas territorialidades estão vinculadas ao modo de vida e sua ancestralidade com a natureza, bem como às práticas tradicionais de pesca. Este projeto se alinha com as legislações que reconhecem e valorizam as comunidades tradicionais, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, mas também evidencia os desafios que ainda persistem, como a necessidade de garantir a continuidade do reconhecimento e respeito por seus direitos territoriais e seu modo de vida tradicional, que perpassam a importância do mapeamento e do reconhecimento destes espaços.

“Conhecer para valorizar” torna-se, assim, uma meta, em que universidade e comunidade se unem pelo desenvolvimento de saberes compartilhados, com o objetivo comum de preservar a (r)existência das comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais em seus territórios tradicionalmente ocupados que, com efeito, vincula-se à

manutenção de um modo de vida mais sustentável em relação à natureza, em tempos de crise socioambiental.

Referências

- ACSELRAD, H. COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. (org). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008, p. 13-44.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (orgs): *Pesquisa participante: a partilha do saber*. São Paulo: Idéias e Letras, 2006.
- BRASIL. Decreto n° 143, de 20 de junho de 2002. *Aprova o texto da Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes*. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-exposicaodemotivos-143060-pl.html>. Acesso em: 30 out. 2024.
- BRASIL. Lei n° 6.040/2007, de 07 de fevereiro de 2007. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 10 out. 2017.
- COSTA, Rubilaine Borges da. Escrevendo e escrevivendo com as mulheres da pesca na Ilha da Torotama. *Mares: Revista de Geografia e Etnociências*, v. 5, n. 1, p. 65-72, 15 fev. 2024.
- DA SILVA, Wagner Pires. Extensão universitária: um conceito em construção. *Revista Extensão & Sociedade*, v. 11, n. 2, 2020.
- DE PAULA, Cristiano Quaresma. *Geografias da Pesca Artesanal Brasileira*. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2023
- DIEGUES, Antônio Carlos. *A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira*. NUPAUB-USP, 2004.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.
- DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. *Escrevivência: a escrita de nós - Reflexões sobre as obras de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 31 out. 2024.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. *Revista Diálogos*, v. 15, n. 1, p. 81-88, 2011.

HEIDRICH, Álvaro L. Método e metodologias nas pesquisas das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, A. L. ; PIRES, C. L. Z. (org.). *Abordagens e práticas da pesquisa em geografia e saberes sobre espaço e cultura*. Porto Alegre: Letra 1, 2016. p. 15-33.

Valorización: extensión e pesquisa en comunidades tradicionales pesqueras de la Laguna de los Patos/RS

Resumen

La pesca artesanal ha ganado una atención creciente en los estudios geográficos en los últimos años, impulsada por la búsqueda de reconocimiento de las comunidades pesqueras como comunidades tradicionales. Estas comunidades se desarrollan en modos de vida tradicionales, reelaborando saberes y prácticas específicas que demuestran una relación más sostenible con el medio ambiente, conforme a las orientaciones N.º 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT, 169) y al decreto 6.040 (Brasil, 2007), lo cual les confiere características únicas. Este artículo busca promover reflexiones teórico-metodológicas a partir del desarrollo del proyecto de extensión e investigación que involucra a las comunidades tradicionales pesqueras de la Laguna de los Patos. Las actividades de extensión incluyeron la movilización de las comunidades, la realización de talleres comunitarios y trabajos de campo, resultando en un conjunto de datos e informaciones, incluyendo testimonios de los pescadores y pescadoras y de "escrevivencias" — registros que combinan vivencias personales y culturales — y en la construcción de cartografías sociales del territorio, elaboradas colectivamente por los participantes. En el artículo, presentamos los fundamentos teórico-metodológicos que orientaron el trabajo extensionista, así como una evaluación de la contribución de las decisiones conceptuales y metodológicas, a partir de ejemplos concretos de los talleres realizados.

Palabras claves: Cartografía social; comunidades tradicionales; extensión; pesca artesanal.

Valorization: Extension and Research in Traditional Fishing Communities of Lagoa dos Patos/RS

Abstract

Artisanal fishing has gained increasing attention in geographical studies in recent years, driven by the pursuit of recognition of fishing communities as traditional communities. These communities are shaped by traditional ways of life, where they reframe specific knowledge and practices that demonstrate a more sustainable relationship with the environment, as outlined by International Labour Organization Convention No. 169 (ILO 169) and Decree No. 6,040 (Brazil, 2004), granting them unique characteristics. This article aims to foster theoretical and methodological reflections based on the development of an extension and research project involving the traditional fishing communities of Lagoa dos Patos. The extension activities included community mobilization, the facilitation of community workshops, and fieldwork, resulting in a set of data and information, including statements from fishermen and fisherwomen, as well as *escrevivências* — records that combine personal and cultural experiences — and the creation of social cartographies of the territory, collectively developed by participants. In this article, we present the theoretical and methodological foundation that guided the extension work, as well as an evaluation of the contribution of conceptual and methodological choices, using concrete examples from the workshops conducted.

Keywords: Social cartography; traditional communities; extension; artisanal fishing.